

Sobre o escopo humanista e multidisciplinar da revista Mal-estar e Sociedade

A revista Mal-estar e Sociedade, atualmente desenvolvida em parceria entre a Universidade do Estado de Minas Gerais e o Instituto Federal Sudeste de Minas, faz parte de um processo de formação da cultura universitária da região das Vertentes. Neste sentido, a organização de seu escopo multidisciplinar e humanista se confunde com a própria história da construção da unidade Barbacena da Universidade do Estado de Minas Gerais, a qual apresentaremos brevemente a seguir.

Desde sua formação pelo Art.81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Mineira de 1989 (MINAS GERAIS, 2019a), em pleno contexto de redemocratização, a Universidade do Estado de Minas Gerais assume o compromisso de ser uma representação tangível do espírito humanista e democrático de uma cidadania voltada para a atuação consciente no desenvolvimento regional. Espírito que continua reverberando na descrição de sua missão: “Promover o Ensino, a Pesquisa e a Extensão de modo a contribuir para a formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a integração dos setores da sociedade e das regiões do Estado” (UEMG, 2019). Multicampi desde sua concepção, hoje a UEMG está presente em 16 municípios, abrangendo 6 das 10 regiões de planejamento do Estado (MINAS GERAIS, 2019b), ou 11 dos 17 territórios de desenvolvimento divididos em 2015 (MINAS GERAIS, 2019c). Seja pelas motivações inerentes à sua criação, ou à grandiosidade assumida por esse projeto de desenvolvimento e integração social, os inúmeros desafios enfrentados pela UEMG a tornaram um ambiente propício para a constante inovação e geração de produtos diretamente relacionados com a atuação dos profissionais a quem se dedica formar.

Neste contexto, foi criada a Unidade de Barbacena (Instituto Superior de Educação Dona Itália Franco), cuja proposta inicial foi oferecer o Curso Normal Superior, conforme Decreto nº 42.235, de 03 de janeiro de 2002. O curso tinha o objetivo de atender a demanda inicial do art. 62 da Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 2019a), que estabelecia a obrigatoriedade da formação superior para os docentes de todos os anos do Ensino Fundamental. Com as Diretrizes Curriculares constantes da Resolução da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação em 1999 (CEB, 2019), a formação para o magistério dos anos iniciais do Ensino Fundamental foi regulamentada, iniciando-se uma corrida dos profissionais com formação na modalidade Normal de nível médio em busca de

regularizar sua atuação. Esta origem compôs a Unidade de Barbacena da UEMG como um polo aglutinador de discentes de toda a região, recebendo ônibus de estudantes de cidades de um raio de até 100 km de distância.

Com o relevante papel político e social de atuar na qualificação de um público-alvo diferenciado, uma vez que formado majoritariamente por professores com vasta experiência na atuação com os anos iniciais do Ensino Fundamental, a unidade recém-fundada optou por constituir seu corpo docente de forma multidisciplinar. Neste sentido, a formação inicial da unidade sempre esteve afinada à proposta do Documento Orientador de APCN da área de Ensino quando este propõe uma atuação visando “a melhoria e atualização da formação dos professores envolvidos e demais profissionais em conteúdos e procedimentos didáticos específicos, considerando-se, para isso, que o profissional em ensino deve saber o que está ensinando e como ensinar os conteúdos” (ENSINO, 2019). Uma vez que o público apresentava a vivência prática da atuação o trabalho com o “o quê” e “como” ensinar de modo inovador tornou-se um imperativo para que o curso não ficasse restrito à formação meramente técnica.

A multidisciplinariedade foi assumida como única forma de imprimir esse caráter inovador no ensino. Assim sendo, a Filosofia da Educação manifestava a posição de um profissional da Filosofia sobre a Educação, bem como a Psicologia ou a Sociologia da Educação. Igualmente, as metodologias foram trabalhadas por especialistas da área, a Metodologia da Língua Portuguesa por alguém das Letras, como a da Matemática por alguém das exatas, e assim por diante. Contudo, por mais que a Filosofia tivesse um profissional específico da área, não devia ser pensada isoladamente da Matemática e da História da Educação, desse modo formavam-se projetos interdisciplinares sobre a ludicidade dos jogos matemáticos e o sentido do jogar na constituição do humano. A Língua Portuguesa não era afastada da Psicologia e da Didática, assim se pensava de forma unida os processos de aquisição da linguagem e do letramento. Os debates promovidos nestes primeiros momentos foram fundamentais para a constituição de uma Unidade Multidisciplinar e Humanística, conforme descrito em parte no artigo *Letramento e Ludicidade: A construção de uma identidade extensionista* (RUFINO; BAPTISTA; SOUZA, 2019).

No ano de 2008, tendo em vista as Diretrizes Curriculares propostas para a licenciatura em Pedagogia que em seu artigo 11 indica a possibilidade de transformação do Curso Normal Superior em Pedagogia (CNE/CP, 2019), optou-se por seguir este caminho. Contudo, o curso reestruturado pela equipe em ação no Normal Superior manteve suas

características multidisciplinares e humanísticas. O que fica manifesto com a criação da revista “Mal-estar e Sociedade”, que lançou seu primeiro número em novembro de 2008. No editorial de estreia é possível destacar as bases de sua formação: “Trata-se de uma revista multidisciplinar no campo das humanidades que pretende abordar a questão educacional a partir de discussões interdisciplinares que se afastem da visão tradicional da pedagogia baseada na tradição experimentalista” (NETO; GUILARDUCI, 2019). A revista era o manifesto da produção docente e discente que ao longo de seus primeiros anos amadureceu sua proposta de Educação no conflito e no discurso. Mantendo-se ininterrupta até o número 11, de dezembro de 2013, a revista precisou suspender suas edições em um período em que a Universidade passava por transição e instabilidade de seu corpo docente e retomou as atividades com o número 12 sendo lançado referente a janeiro de 2017. Esta nova fase estabelece também a parceria com o Instituto Federal Sudeste de Minas, tanto na parte técnica de revisão dos artigos, quanto na aproximação dos interesses de constituição de uma rede de diálogos formativos, marcada novamente pela multidisciplinaridade e pelos ideais de uma educação humanística.

O passo seguinte, após a criação da Mal-estar e Sociedade, foi dado quando em 2012 iniciou-se curso de licenciatura em Ciências Sociais aprovado pelo Decreto Nº 06 de 05 de Janeiro de 2012. Mais uma vez os pesquisadores da unidade se mostraram atentos às demandas sócio-políticas e desenvolveram uma proposta destinada a suprir a carência de docentes para a educação básica com formação específica em Sociologia, no contexto da lei 11.684 de 2008 que estabelecia a obrigatoriedade desta disciplina para o Ensino Médio. O curso manteve o mesmo enfoque de uma formação ampla dos discentes, jamais se limitando ao conteudismo e instigando os alunos para as demais áreas das Ciências Sociais, compreendendo que sua vocação para o ensino não se limita à sala de aula, mas que na comunidade se estabelecem várias relações de ensino-aprendizagem merecedoras de um tratamento igualmente qualificado, o que pode ser notado pela atuação de destaque assumida pela unidade em relação ao projeto Parlamento Jovem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ou na atuação junto à comunidade em projetos de economia solidária.

A atividade acadêmica que move o escopo desta revista não poderia deixar de ser multidisciplinar e respeitadora de toda a diversidade de saberes. Mas isso não significa uma perda de foco. O que mantém esta diversidade em unidade são as humanidades. A área temática a que caracterizamos como Humanidades inclui, mas não se limita, as disciplinas propostas para a área de Ciências Humanas da Capes, ou os componentes curriculares da

própria BNCC, por isso a proposta de usar aquela terminologia e não essa. As Humanidades abrangem saberes fundamentais para a composição moderna do conceito de ser humano, o que implica a formação do espírito (*Geist*), logo, as Artes, as Linguagens, a interação com o ambiente, os jogos lógicos e matemáticos, o cuidado com o corpo e a saúde em geral, não são excluídos, desde que fundamentados em uma formação que não se limite ao saber isolado. Ou seja, as Humanidades não são um conjunto de disciplinas, mas uma forma de lidar com as disciplinas cujo produto não esteja limitado a um objeto externo, mas retroalmente a própria formação do produtor. Mais um saber que uma disciplina curricular, tal qual se pode observar nas produções de nossos grupos de pesquisa.

O Núcleo de Pesquisa “Educação: Subjetividade e Sociedade”(NPESS) e o Laboratório Teórico-prático do Brincar (LABRINC), com sua interpretação de mundo guiada por uma constante ligação entre as artes e o processo lúdico de aprendizagem desenvolveu produtos como o projeto multifacetado “Humanismo e Educação” que se desmembra no Círculo Literário, aberto a uma livre discussão de textos de literatura sem preocupação romântica com as intenções do autor, mas direcionado ao desenvolvimento do prazer da leitura; no Mitologia em ação, direcionado para a criação de pequenos vídeos animados produzidos por alunos do Ensino Fundamental usando o celular como recurso de atração e desenvolvimento; e no Ensino Religioso e Literatura, visando dinamizar uma disciplina estigmatizada como catequese através do uso das obras de Rick Riordan, autor da série Percy Jackson, e J.K. Rowling, autora da série Harry Potter. Assim como as ações na área de letramento como o projeto “Nós e arte”, que partindo da discussão de biografias de artistas plásticos leva os alunos a experienciar as suas próprias produções; ou a formação de contadores de história no “Quem conta um conto”, ou as “Oficinas de leitura”, que contam com estratégias da psicologia cognitiva. Parcerias com pesquisadores da UFSJ, UERJ e IF-Sudeste de Minas, além de uma rede de colaboradores que tem ampliado o potencial dos resultados.

Já o Núcleo de Pesquisa sobre Educação e Diversidade Humana (NUPEDH), norteado por uma necessidade de reconhecimento do diverso e combate às intolerâncias, gera discussões motivadas pela implementação de uma verdadeira inclusão no ambiente escolar e para além dele. Projetos envolvendo os referenciais da Educomunicação para o desenvolvimento de Jornais Murais que ao mesmo tempo permitem o protagonismo estudantil e dão visibilidade ao diverso; se unem ao desenvolvimento de materiais didáticos e jogos para trabalhar com os variados conteúdos de uma maneira a vencer as dificuldades e limitações e

promover uma inclusão nos saberes e não apenas nos ambientes; assim como a atuação pedagógica em espaços não escolares como na humanização no ambiente hospitalar que suaviza um momento de exclusão da convivência social e, em alguns casos, prepara para o retorno a essa convivência tendo em vistas as novas limitações ou mudanças físicas adquiridas. As parcerias com a Fundação Hospitalar de Minas Gerais (FHEMIG), a Santa Casa de Misericórdia de Barbacena e a UFJF, criam ambientes e potenciais parceiros ao programa.

O Laboratório de Mediação e Linguagem em Educação Ambiental e Ensino de Ciências (LAMLEA), com um enfoque na educação ambiental que perpassa o Ensino de Ciências, mas não se limita exclusivamente a ele, desenvolve um Clube de Ciências, mantendo um debate contínuo entre docentes da área e buscando uma compreensão sobre a formação pedagógica para a aplicação de conceitos fundamentais; além deste clube suas ações junto ao terreno doado para as futuras instalações da UEMG, em que se encontra uma faixa preservada de mata atlântica, com fauna, flora e nascentes, tem criado um espaço pedagógico e multidisciplinar fora da sala de aula ainda a ser mais explorado, mas já contando com parcerias do IF Sudeste de Minas, IEF, da Polícia Florestal e dos Escoteiros. A aplicabilidade prática dos conceitos ambientais na lida e no cuidado com o espaço doado à Universidade, o registro das espécies da biodiversidade, aulas práticas, criação de espaços de plantio controlado, são algumas das ações que estão em implementação e que podem gerar futuros produtos pedagógicos.

O Grupo de Estudos sobre Ensino, Linguagens e Cognição (GELINC), ao investigar as práticas pedagógicas para o ensino de língua materna, compreendendo os processos de alfabetização, sua consolidação e encaminhamentos nos subseqüentes anos de escolaridade, propõe a criação de materiais didáticos que ressaltem o papel da cognição na aprendizagem; de seqüências didáticas voltadas para a perspectiva discursiva da linguagem; e oficinas sobre uso de materiais didáticos (para professores e graduandos); desenvolvendo práticas pedagógicas inovadoras no campo do ensino de Língua Portuguesa e Alfabetização.

Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Educação e Relações Étnico-Raciais (LEPER), tem promovido reuniões comunitárias para o desenvolvimento de Arte e cultura solidária, como forma de conexão de saberes e educação para as relações étnico-raciais.

O Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cooperativismo e Economia Popular Solidária (COEPS), desenvolve uma Incubadora tecnológica de cooperativas populares,

estabelecendo contato direto com o público externo à Universidade e com organizações populares como a Casa Verde.

Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação e Saúde (NEPES), tem atuado no âmbito da saúde coletiva com projetos a envolverem, por exemplo, discussões sobre o cuidado com a vida e os dramas psicológicos e físicos que levam ao suicídio, tendo relevante presença social nas ações do setembro amarelo, uma data já presente no calendário nacional, mas não se limitando a elas.

Democracia, Instituições e Participação Social (DIPS) e o Laboratório Permanente de Análises Políticas (LAPAP), promovem cursos, palestras e mesas de debates para uma consolidação do papel do cidadão na atuação política. Sua atuação junto ao Parlamento Jovem tem gerado um papel de destaque para a unidade no cenário do desenvolvimento deste projeto da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Grupo de Estudo Pesquisa e Extensão Política Pública e Gestão Educacional (GEPEPPGE), tem aprofundado os debates institucionais sobre a intersetorialidade como política social envolvendo a educação básica, a superior e a comunidade. As reuniões tem consolidado parcerias com importantes órgãos da área de Ensino como a Superintendência Regional de Ensino.

Grupo de Estudo e Pesquisa em Sociologia e Religião (GEPSSR) desenvolve projetos guiados pela noção de tolerância e respeito à alteridade na área de ensino de sociologia e suas interfaces com a religião como a Semana de Humanidades, aplicada em escolas públicas com debates e minicursos; os grupos focais para compreensão da atuação do profissional da área de Sociologia nas escolas; e o grupo de estudos que se reúne semanalmente para aprofundar a compreensão teórica sobre os estudos de religião.

O CONSENSO atua nas análises da representação social dos docentes, gerando um importante cadastro dos egressos da graduação em um contato que os potencializa como público alvo da atual proposta.

Literatura, Imagens e Mídias em Contexto Educacional (LIMCE), é um grupo que atua na interface entre as artes, a tecnologia e a educação, potencializando produtos midiáticos em seu uso educacional, como vídeo-aulas, podcast, exposições...

Neste sentido, as competências gerais descritas na BNCC (MEC, 2019) buscam uma valorização do uso dos fatos históricos na construção de uma sociedade justa, como nos produtos propostos pelo DIPS, LAPAP e GEPEPPGE; um exercício da curiosidade e da criatividade, como nos produtos do NPESS e LABRINC; a valorização da diversidade

cultural, como a proposta do LEPER e do NUPEDH; um uso das diversas linguagens na promoção do conhecimento mútuo, como o GELINC o LIMCE propõem; um uso da tecnologia na promoção de um protagonismo subjetivo e social, como o fazem os projetos do NPES e LIMCE; a apropriação dos conhecimentos e experiências na produção de uma vida e um trabalho promotores de cidadania, como desenvolvido no COEPS e analisado no CONSENSO; estimular o cuidado de si e do planeta, como nos produtos gerados pelo LAMLEA e NEPE; e também o autoconhecimento e o respeito à diversidade, como proposto no NUPEDH e no GEPRS; assim como a empatia e o acolhimento e valorização da diversidade, como no NPES e no LEPER; por fim: “Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários”, como todas as propostas da Unidade defendem compreendendo esse coletivo de propostas como uma forma de realização do saber típico das Humanidades.

Os artigos que compõem este número dialogam com essa proposta de abertura multidisciplinar e humanística. Desta feita abrimos a edição com o artigo de Saraa César Mól intitulado **Educação integral no novo milênio: contornos e contradições**, com uma sempre atual discussão das implicações entre um discurso de uma educação acolhedora e a prática da reprodução dos interesses do capital. As implicações de uma educação integral que responde mais à inserção no mercado de trabalho do que a uma formação integral que também valorize a construção humanística dos sujeitos é tematizada também nos resultados da pesquisa apresentada no artigo **Política estadual de educação em tempo integral de ensino médio do Ceará: Percepções sobre concepções de Tempo Integral**, de autoria de Elisabeth Gonçalves de Souza. Impossível não destacar o encaminhamento prático traçado pela autora ao indicar que nenhuma educação integral é possível enquanto a educação permanecer fragmentada. Não é possível falar em tempo integral apenas enquanto um ordenamento cronológico que permita o isolamento de cada saber disciplinar em sua estrutura individualizada. Uma educação integral que reconheça a importância da formação humanística está indissociavelmente ligada ao diálogo multidisciplinar.

Na sequência Nina Maria Coimbra e Casadei Barbosa da Silva transbordam o problema da incompatibilidade entre a proposta integradora da educação e sua prática capitalista de fragmentar os saberes, para analisar a fragmentação inerente a toda sociedade de consumo. No artigo **A era do vazio: O neotribalismo como lugar de sentido**, as autoras analisam as categorias da produção, do desejo e do consumo como bases da formação de uma

subjetividade reprodutora do projeto de perpetuação do mercado e despersonalização dos indivíduos. O neotribalismo é apresentado como uma possibilidade de valorização da vivência comunitária, mais uma vez como uma experiência integradora que se contrapõe à fragmentação de uma sociedade embasada no consumo. Por vias humanisticamente diversas em **Análise fenomenológica do filme “O Sétimo Selo”- Um olhar para a Morte e a Angústia na perspectiva de Martin Heidegger**, Sérgio Henrique Nascimento trata dos mesmos problemas. Usando da filosofia heideggeriana para analisar o clássico filme de Ingmar Bergman, o autor nos apresenta a condição humana como ser-para-a-morte, manifestando como diante da morte todo consumismo perde o sentido se não tiver sido utilizado para a criação dos próprios sentidos de existência. À produção técnica, tipicamente embasada no consumo, se contrapõe uma produção criadora, poética, única capaz de respeitar aos ideais humanistas de uma educação que não se fragmente.

Os dois últimos artigos **“As vilas ativas”**: **a inserção social dos livres de cor e o desafio da ordem social na vila de São João del-Rei (1790-1822)**, de Sirleia Maria Arantes e **Mapeamento das casas de religiões de matrizes afro-brasileiras em Leopoldina – MG: retirando a capa da invisibilidade** de Inácio Manoel Neves Frade Cruz, apresentam algumas estratégias de burla de grupos perseguidos, seja essa perseguição oficial ou não. Estas reações são fundamentais para que se compreenda que este debate de uma formação humanista, integral e integradora, crítica do consumismo e valorizadora da criação de uma existência significativa, não está aparte da vida cotidiana, mas representa uma luta que já é histórica. No primeiro destes artigos a autora nos leva para o contexto pré-independência em que a praça são-joanense representava um *locus* privilegiado de contato e diálogo com o diverso. Um ambiente em que as fragmentações do contexto social, religioso e político precisavam ser relevadas em nome da participação comunitária em um processo maior. Uma experiência que não eliminou as divergências, nem trouxe para os grupos mais vulneráveis a visibilidade de ter feito parte efetiva do processo de independência. Na lógica fragmentada da sociedade de consumo, a união participativa na praça cumpria um objetivo específico, objetivo que alcançado permitia o regresso ao status anterior. A invisibilidade denunciada e combatida com o mapeamento feito pelo autor do nosso último artigo representa uma ação afirmativa de uma identidade religiosa que se optou estrategicamente por manter silenciada no imaginário oficial. O mapeamento dá voz e vez para um exemplo de resistência que não pode mais permanecer às margens, pois é neste processo de um verdadeiro letramento racial que

poderemos ultrapassar os limites de uma fragmentação que invisibiliza a divergência e impossibilita uma real formação humanística.

Esta edição finaliza com a resenha **O papel da mídia na política** em que Lucimara Grando Mesquita nos apresenta o artigo *Política Midiatizada e Mídia Politizada* como uma forma de introduzir o papel da mídia na constituição e manutenção da estrutura da sociedade de consumo e na contraposição de uma formação humanística. O texto amarra todo nosso processo de imersão nessa proposta de uma educação que compreenda a necessidade de ser multidisciplinar, como neste número perpassando pelo olhar pedagógico, histórico, filosófico e político, sem perder nunca o eixo de uma formação integradamente humanística.

Desejamos a todos uma comprometida leitura e convidamos para o diálogo constante em que nos inserimos no escopo humanista e multidisciplinar desta revista.

Referências

BRASIL. *Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm, acesso em 12 de outubro de 2019a.

BRASIL. *Lei Nº 11.684, de 2 de Junho de 2008*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11684-2-junho-2008-575857-publicacaooriginal-99168-pl.html>, acesso em 12 de outubro de 2019b.

CEB. *Resolução CEB Nº 1, de 7 de Abril de 1999*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0199.pdf>, acesso em 12 de outubro de 2019.

CNE/CP. *Resolução CNE/CP nº 1 de 15 de maio de 2006*. Disponível em: <https://www.santosjunior.com.br/Legislacao/resolucaocnecp0115052006.pdf>, acesso em 12 de outubro de 2019.

ENSINO. *Documento Orientador de APCN – Área 46: Ensino – 2019*. Disponível em: http://capes.gov.br/images/Criterios_apcn_2019/ensino.pdf, acesso em 12 de outubro de 2019.

MEC. *Base Nacional Comum Curricular*. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>, acesso em 12 de outubro de 2019.

MINAS GERAIS. *Ato das Constituições Transitórias 1989*. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova->

[min.html?tipo=ADT&num=1989&ano=1989&texto=consolidado](#), acesso em 12 de outubro de 2019a.

MINAS GERAIS. *Regiões de Planejamento*. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/regioes-de-planejamento>, acesso em 12 de outubro de 2019b.

MINAS GERAIS. *Territórios de desenvolvimento em Minas Gerais*. Disponível em: <http://social.mg.gov.br/images/documentos/regionalizacao/Mapas%20TD.pdf>, acesso em 12 de outubro de 2019b.

NETO; GUILARDUCI. Editorial. In: *Mal-estar e sociedade*, v.1, n.1 – 2008. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/malestar/article/view/108/142>, acesso em 12 de outubro de 2019.

RUFINO, J; BAPTISTA, M; SOUZA, E. Letramento e Ludicidade: A construção de uma identidade extensionista. In: *Educação em Foco*, v.15, n.20 – 2012. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/169/235>, acesso em 12 de outubro de 2019.

UEMG. *Sobre a UEMG*. Disponível em: <http://www.uemg.br/home/universidade/sobre-a-uemg>, acesso em 12 de outubro de 2019.

Mauro Baptista
(membros da comissão editorial)